

Gustavo Dias: Descrédito das autoridades estimulam justiceiros

Há muito tempo o Estado assumiu para si o direito de punir os indivíduos. As pessoas já não têm mais a liberdade de realizar a vingança privada, através da qual a vítima, seus parentes ou a própria comunidade aplicava a Justiça ao acusado. Na atual fase de nossa evolução jurídico-sociológica, inexistente a Justiça com as próprias mãos, a máxima do “olho por olho, dente por dente”.

Todavia, são cada vez mais banais os episódios em que a comunidade tenta realizar o famigerado “linchamento”. Os justiceiros estão à solta, esperando o momento conveniente de extravasarem seus ódios sobre os acusados de crimes.

A polícia tem frequentemente interrompido a execução capital pela população. Há alguns dias, uma criança foi brutalmente violentada e assassinada num distrito de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. Diante da notícia de que um grupo de pessoas foi acusado de realizar rituais malignos com a vítima, logo a população saiu pelas ruas numa caçada medieval, destruindo casas e estabelecimentos dos praticantes de rituais afro-brasileiros.

Entre outras causas, podemos dizer que a impunidade e o descrédito nas autoridades constituídas estimulam esse comportamento. Podem não ser o motivo último, mas é certamente um combustível que alimenta a violência. É a fadiga de esperar a apuração de inquéritos policiais infundáveis, processos judiciais lentos, julgamentos tardios, anos e anos aguardando a solução das lides penais. Crime impune e criminoso solto é um atestado da ineficiência do Estado.

O jurista Rui Barbosa, na sua festejada “Oração aos moços”, nos advertiu de que Justiça atrasada não é Justiça, senão injustiça qualificada e manifesta! Muitos anos se passaram desde que escreveu estas palavras, mas o problema da lentidão estatal continua angustiando o cotidiano brasileiro.

Há de se investir nos órgãos públicos que tratam da segurança pública, bem como naqueles profissionais que trabalham diretamente com a aplicação da lei e a realização da Justiça. Mas não é só. É imprescindível estimular e exigir resultados maximamente satisfatórios dos setores de defesa social e dos órgãos jurisdicionais.

A sociedade crê e espera a Justiça legítima, aplicada pelo Estado, mas com a máxima celeridade possível. Como dizia o saudoso mestre, bastam de processos lentos em sonos esquecidos como as preguiças do mato.

Date Created

03/08/2012